

## O protagonismo juvenil e a crise das instituições modernas<sup>1</sup>

Rudá Ricci

Doutor em Ciências Sociais, Professor da PUC-Minas e Diretor da CPP Consultoria em Políticas Públicas. Web site: [www.portalcpp.com.br](http://www.portalcpp.com.br) . E-mail: [ruda@inet.com.br](mailto:ruda@inet.com.br)

---

### Eixos temáticos deste texto:

- (a) O Conceito de Protagonismo
- (b) Uma nova sociedade: família pós-moderna e a crise da família nuclear e dos canais institucionais de participação social
- (c) Uma nova escola: as mudanças educacionais e o impacto sobre a prática educacional
- (d) Um novo jovem: nova institucionalidade pública e o protagonismo juvenil

### a) O Conceito de Protagonismo Juvenil

A palavra protagonismo significa “O Primeiro”, o principal lutador (*proto + agos*). Maria Eleonora D. Lemos Rabêllo recorda que a palavra sugere “a personagem principal de uma peça dramática, pessoa que desempenha ou ocupa o primeiro lugar em um acontecimento”.

Portanto, qualquer projeto que tenha por objetivo incentivar ou promover o protagonismo juvenil parte do princípio que o adolescente ou jovem possui capacidade política de um cidadão. Esta, talvez, seja a questão teórica a merecer um aprofundamento inicial: a peculiaridade da cidadania juvenil. A cidadania pressupõe direitos universais, em que emerge um ser político, que decide sobre o seu destino e o de sua coletividade. Contudo, segundo o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), o adolescente (aquele que possui entre 12 e 18 anos de idade<sup>2</sup>) é um cidadão em formação, merecendo atenção e promoção. Por este motivo, o adolescente é responsável por seus atos, mas é inimputável, ou seja, não é merecedor de punição pois é um “cidadão em formação”.

Calligaris chega a afirmar que a adolescência constitui uma “moratória”, já que possui maturidade física e intelectual para ser adulto, mas não é aceito pelo mundo dos adultos como tal. Afirma que a sociedade dos adultos solicita que o adolescente prove sua autonomia, mas o impede de transgredir<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Texto produzido para o seminário **Estratégias para a implantação do OP Criança na Cidade de São Paulo**, realizado em São Paulo, entre os dias 05 e 07 de dezembro de 2002, organizado pela Coordenadoria de Orçamento Participativo (COOP), órgão vinculado à Secretaria de Governo da Prefeitura de São Paulo.

<sup>2</sup> Define-se, internacionalmente, aquele que possui entre 10 e 20 anos de idade, confundindo-se com o ingresso à puberdade, à vida sexual fértil. Na Antiguidade, adolescente era aquele que possui de 8 a 35 anos de idade. Além da definição legal, considera-se, no ocidente, que um adolescente ingressou na vida adulta a partir dos critérios sociológicos (auto-suficiência na escolha de carreira ou para contrair matrimônio) e psicológicos (maturidade cognitiva, emocional, desenvolvimento de sistema de valores e formação de relacionamentos). No Brasil, 20% da população possui entre 10 e 19 anos de idade (32 milhões de jovens).

<sup>3</sup> Ver CALIGARIS, Contardo. *A Adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.



Há, ainda, uma clara distinção no ingresso à adolescência, entre homens e mulheres. Em relação aos sinais de maturação física – e mesmo psicológica – as mulheres ingressam nessa fase dois ou três anos antes dos homens.

Outro aspecto peculiar é o impacto na formação pessoal da maturação precoce ou tardia. Estudos recentes norte-americanos<sup>4</sup> demonstram que meninos que apresentam amadurecimento precoce no ingresso à adolescência são mais equilibrados e mais cautelosos. No caso das meninas, a tendência é se tornarem menos sociáveis e mais tímidas, em virtude das pressões sociais e culturais a respeito de seu comportamento.

Esta é uma fase importante em que se toma consciência do que o mundo poderia ser, desenvolvendo-se o pensamento abstrato e a construção de utopias, testando e formando teorias. Lawrence Kohlberg, seguidor de Piaget, imaginava que nessa fase esboçavam-se os princípios morais a partir do reconhecimento de conflitos entre padrões de julgamento. Os dilemas morais são, então, acatados e há a possibilidade – nem sempre confirmada, segundo o autor – do adolescente construir a noção de justiça a partir do critério da equidade (ou empatia, em que o ator se coloca no lugar do outro para julgar as condições concretas e as capacidades que envolvem cada um para, então, julgá-los)<sup>5</sup>.

Tal peculiaridade<sup>6</sup> exige que os projetos de promoção do protagonismo juvenil possuam uma dimensão pedagógica, tendo por objetivo a construção de espaços de aprendizagem dos atos e processos de negociação cidadã. Aqui faz sentido a sugestão de Antônio Carlos Gomes da Costa de se procurar promover uma "participação autêntica". Ou seja, o protagonismo pressupõe, para o autor, a criação de espaços e de mecanismos de escuta e participação. Para isso, é preciso conceber os adolescentes como fontes e não simplesmente como receptores ou porta-vozes daquilo que os adultos dizem ou fazem com relação aos adolescentes. Contudo, acrescentaria, não são meros espaços de sistematização de intenções e realização de desejos. É, antes de mais nada, um **processo formativo**.

Vale, ainda ressaltar, que tais processos formativos devem incluir os recursos familiares e comunitários, desenvolvendo o que James Coleman denominou de **capital social**: famílias e comunidades que constituem uma rede de apoio potencializam as oportunidades dos jovens.

Antônio Carlos Gomes da Costa não se descuida desta peculiaridade ao afirmar que o protagonismo é um processo e uma conquista gradual.

<sup>4</sup> Ver PAPALIA, Diane & OLDS, Sally. *Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000, p. 315.

<sup>5</sup> Cito Kohlberg como ilustração para compreendermos a peculiaridade desta fase de desenvolvimento. Contudo, estudos recentes questionam a relação entre capacidade de julgamento e atitude concreta moral. Em suma, muitos jovens tecem avaliações morais complexas, com base na noção de justiça como equidade, mas não agem necessariamente em concordância com o julgamento teórico. Dai a necessidade de aprofundamento de projetos pedagógicos que vinculem os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais.

<sup>6</sup> Ressaltaria, ainda, o conceito de **crise de identidade** que envolve o adolescente, segundo Erikson. O psicólogo James Marcia, apoiando-se nesta teoria, sugere quatro estados de identidade do adolescente: a conquista da identidade (onde o adolescente debate consigo mesmo e define escolhas), o pré-fechamento (aceitação de planos de outrem, sem questionamentos), a moratória (como no primeiro caso, debate-se com as decisões, mas evita em definir compromissos mais rígidos) e difusão (não se compromete com qualquer decisão, tornando-se incerto ou sem objetivos).



Vale, ainda, destacar que a cidadania ativa, em que os direitos civis, políticos e sociais são ampliados para o direito à gerenciar políticas públicas, juntamente com os governantes eleitos, pressupõe ao menos quatro competências técnicas e políticas:

- a) a capacidade de gerar e manusear informações técnicas que subsidiem a elaboração de planos de trabalho coletivo;
- b) a capacidade de elaboração e projetos de intervenção que superem a demanda individual (característica da noção de cidadania);
- c) a capacidade e oportunidade de gestão de projetos comunitários, públicos;
- d) a capacidade de fiscalização e avaliação de projetos, ações e programas que envolvem a comunidade, no caso, a juventude.

Assim, ao falarmos do protagonismo juvenil estamos sugerindo um projeto pedagógico com uma clara opção participacionista (desde sua elaboração, os objetivos que persegue, sua execução, avaliação e reformulação), sustentado por um novo estatuto político do jovem, portador de hábitos e cultura específica.

Mas, afinal, de que jovens falamos?

#### **b) O cenário social contemporâneo o jovem**

O arranjo social dos últimos vinte anos é marcado por uma profunda crise de todas instituições modernas: Estado, partidos políticos, sindicatos, família. Mas, por outro lado, são valorizados os interesses e culturas específicas de comunidades e etnias, agrupamentos sociais e culturais. Alguns identificam neste cenário o discurso e os valores pós-modernos, cujo denominador comum é a fragmentação social.

Contudo, é possível repensar a crise das instituições modernas como uma possibilidade de reconstrução dos espaços públicos e do próprio processo de socialização dos cidadãos. Em outras palavras, a solução da atual crise pode gerar uma resposta exatamente contrária ao discurso pós-moderno.

Vejamos, dois sinais desta crise e as soluções que se desenham.

A instituição moderna que possivelmente foi mais duramente atingida nos últimos vinte anos foi a família nuclear. Philippe Ariés sustenta que a atenção e acolhimento das crianças e adolescentes pelas famílias é prática recente, desenvolvida a partir do século XVIII. Antes, eram os aparelhos públicos, mantidos pela comunidade, que educavam e socializavam os jovens. Desde Roma e Grécia da Antiguidade.

Entretanto, a partir das recentes mudanças tecnológicas, o tempo e o espaço do mundo do trabalho invadiu a vida privada com grande intensidade. As progressivas e abrangentes exigências profissionais (derivadas do perfil polivalente do novo profissional do século XXI) diminuíram o tempo de convívio familiar. Richard Sennett chega a afirmar que o mundo atual é definido pela flexibilidade e risco no trabalho. O impacto quase imediato é a ruptura da família nuclear, que atinge todas classes sociais.

Na pesquisa "A Voz das Crianças", realizada pelo UNICEF na América Latina e Caribe, mais da metade das crianças e adolescentes entrevistados afirmaram que não são ouvidos nem em suas



casas nem em suas escolas.

O Brasil, que não fugiu à regra, apresenta nos últimos vinte anos um franco crescimento das famílias monoparentais (onde apenas um dos pais reside com seus filhos), chegando perto de 1/3 das famílias brasileiras. Pesquisas recentes, como as realizadas pela Consultoria em Políticas Públicas (CPP), revelam que nas famílias de classe média, o tempo de convívio familiar se reduz à 6 horas diárias, sendo que três delas ocorrem à noite, quando a família sofre uma verdadeira “diáspora tecnológica”, dividida entre aparelhos de televisão e informática. O diálogo, a troca de interesses, as negociações domésticas, a construção de valores sociais são catapultados do seio familiar. As competências técnicas e políticas do convívio social em que emerge o cidadão raramente são aprendidas neste ambiente desestruturados.

A escola, por sua vez, que classicamente é identificada como a instituição da socialização secundária (instituição valorizada por Durkheim, com aquela onde necessariamente se instala a superação do desejo egoísta —através da disciplina— para inserção na sociedade de valores e altruísmo) também sofreu seus reveses. A estrutura racional dos currículos e administração das escolas de ensino fundamental e médio, reforçada com a legislação de 1971, apartou esta instituição da dinâmica social real. A cultura escolar foi, e ainda permanece em grande medida, articulada na crença de uma missão civilizatória. Em outras palavras, a escola formaria —a despeito dos erros do mundo externo— um cidadão ideal. Os currículos escolares, desde Bobbitt (autor norte-americano que influenciou as políticas educacionais oficiais até o pós-Guerra), deveriam criar hábitos sociais de uma sociedade moderna e industrial florescente.

Na prática, as escolas ficaram segregadas e pouco dialogaram com o mundo real. O advento do Exame Vestibular radicalizou ainda mais essa separação entre a educação formal das escolas e as demandas sociais.

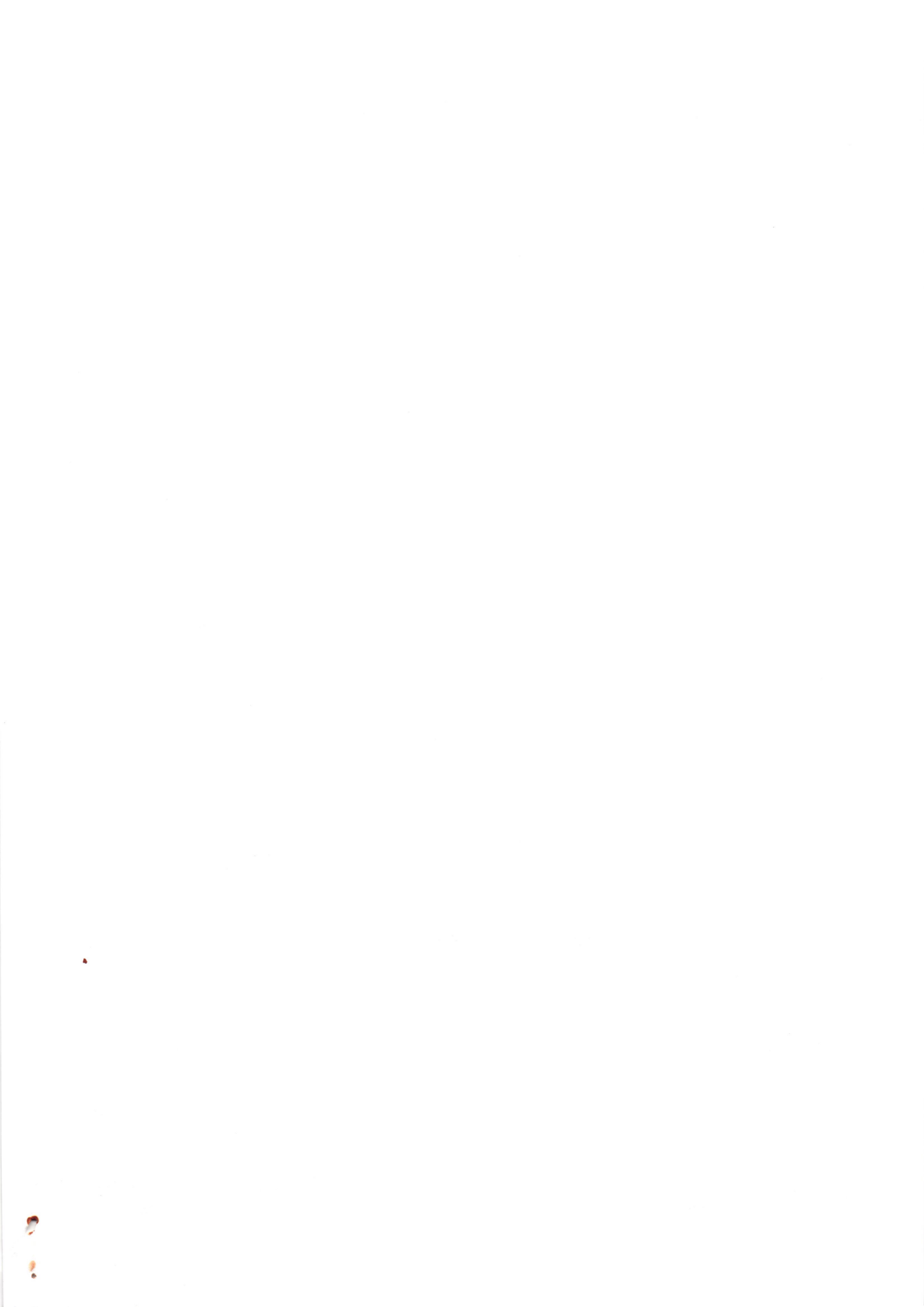
Então, onde o jovem aprende nos dias de hoje? Estudos recentes na Europa revelam que a maioria dos jovens aprende e define sua conduta a partir de seus “grupo de iguais”<sup>7</sup>, formando uma “subcultura” ou “língua da adolescência”. Segundo Shorter

*As gerações não estão “em conflito” nem é provável que o jovem típico se encontre a ferver de raiva dirigida à mãe e ao pai. (...) A verdadeira descontinuidade é mais sutil, embora não menos aguda. Há já um século que, na Europa, e é possível que há mais tempo na América do Norte, a família nuclear tem vindo a guardar seus filhos até eles saírem do ninho, tirando da comunidade o papel de os formar (...). Hoje, o grupo dos iguais está novamente a assumir a tarefa de socialização dos adolescentes; e, à medida que as crianças se deslocam para a puberdade, as idéias dos pais acerca do bem e do mal, do certo e do errado e de qual o lado que deve ficar para cima tornam-se para elas cada vez mais irrelevantes. (...) Num estudo comparativo da América e Dinamarca, perguntou-se a adolescentes entre quatorze e dezoito anos a quem pediriam opinião para várias coisas. Em ambos os países, o conselho dos iguais sobre as leituras era mais importante que o dos pais (...) os jovens dinamarqueses obtêm muitos mais conselhos úteis dos iguais do que dos pais no campo dos valores e dos problemas pessoais.<sup>8</sup>*

Estamos, portanto, num momento de transição social, onde os canais institucionais de socialização dos jovens — assim como os canais institucionais de participação política dos adultos — parecem em profunda crise.

<sup>7</sup> Ver SHORTER, Edward. *A Formação da Família Moderna*. Lisboa: Terramar, 1995.

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*, p. 228 e 291.



### c) Uma nova escola que promova e acolha o protagonismo juvenil

Começamos pelo canal de socialização dos jovens, na construção do protagonismo juvenil. A crise da família nuclear impele à sociedade recriar instituições públicas (não necessariamente estatais) que gere situações de aprendizagem para o convívio social.

Hannah Arendt afirmava, afinal, que o papel da educação é humanizar os homens. Não nascemos humanos, mas à medida que enfrentamos dilemas sociais e nos socializamos na aventura humana (transmitida pela linguagem: a dança, a música, a pintura, o teatro, a literatura, a performance), vamos nos identificando e partilhando a humanidade. Este seria o principal papel da educação.

Entretanto, há pouco sugerimos que o adolescente exige um projeto pedagógico, porque ele é portador de uma fase peculiar de desenvolvimento, tanto emocional, quanto físico ou mesmo social.

Assim, a escola, como aparelho público voltado para a educação e socialização dos homens, para assumir a tarefa de promover o protagonismo juvenil, deveria organizar-se a partir de duas referências: a) a elaboração de projetos pedagógicos centrados no acompanhamento e peculiaridade do adolescente e; b) construir espaços que promovam a prática política, da explicitação das dúvidas e negociação de interesses e desejos.

As duas referências destacadas sugerem uma profunda superação da cultura escolar vigente, voltada para **resultados e padrões**. A escola taylorista que emergiu no final do século XIX nos EUA e que orientou as políticas educacionais oficiais do Brasil até os anos 70 do século XX, tinham como referência a formação e consolidação do mundo urbano e industrial.

O currículo passou a privilegiar o aprendizado à obediência e disciplina fabril e os conteúdos conceituais privilegiaram as ciências industriais (matemática, física, química e biologia). No ideário taylorista, o trabalhador deveria assumir um padrão de conduta e de saber muito específico: tanto o operário (que não deveria pensar, o “homem-boi”), quanto o gerente-diretor da empresa (que planejava, mas não deveria executar), perseguiram e se enquadravam a partir desse padrão determinado. As escolas, como locais dessa produção de comportamento social, vincularam-se rapidamente à busca do padrão urbano-industrial taylorista. Por este motivo, ignoraram, ao longo de décadas, os saberes comunitários, os desejos e peculiaridades dos alunos, já que sua função era moldar o homem moderno. Daí a estrutura arquitetônica fechada e retangular, os espaços funcionalmente divididos, os tempos racionalmente definidos e organizados, os currículos desenhados do primeiro ao último dia de aula, os recursos pedagógicos que definiam todos conteúdos (mesmo antes de se conhecer o perfil do aluno), os padrões de avaliação rígidos (em escala, tendo como referência o padrão de homem urbano-industrial, seus saberes e comportamento). A escola taylorista, enfim, é um equipamento fechado, não aberto aos dilemas públicos, à vida real do aluno. Afinal, estaria à serviço de um mundo à construir.

Esta breve síntese do projeto educacional e escolar que permeou os projetos educacionais oficiais durante décadas em nosso país sugere a ausência de condições para o desenvolvimento e promoção do protagonismo juvenil.



Primeiro, porque não dialoga com a peculiaridade do mundo juvenil. Não dialoga com situações heterogêneas, com as dúvidas, com os desejos, com o mundo dos conflitos e das relações sociais. Segundo, porque não se sustenta a partir de situações de aprendizagem da prática política e social. Não há lugar para situações onde o jovem fale sobre si, onde temas sociais e pessoais são debatidos, não consegue articular o espaço escolar com o mundo extra-muro.

Não por outro motivo que a pesquisa "A Voz das Crianças", revelou que somente 8% das crianças e dos adolescentes entrevistados disseram ir à escola por prazer.

Uma escola aberta e promotora do protagonismo juvenil a relação entre alunos e professores e entre a escola e a comunidade, justamente porque abre espaço para os temas da vida dos alunos e da comunidade. Questões relativas à subjetividade, à personalidade dos alunos, à cultura e aos projetos utópicos ganham relevância na estrutura curricular. Por seu turno, os espaços escolares se reestruturam e são ampliados porque é a vivência concreta da sistematização das experiências e dilemas dos jovens e seu confronto com os dilemas sociais que criam situações de aprendizagem para o exercício da cidadania. O espaço da sala de aula torna-se insuficiente. É necessário que sejam constituídos projetos de solidariedade comunitária que, por sua vez, tornam-se temas de debate e sistematização entre alunos.

Então, a nova escola que emerge a partir do projeto de promoção do protagonismo juvenil pode assumir os contornos de uma nova institucionalidade pública, que responda à crise atual das instituições modernas. No caso de São Paulo, a experiência do Organismo Participativo constitui o cenário ideal para a experiência de construção desta nova escola, possibilitando a ampliação da estrutura curricular (para além de temas transversais pré-definidos e estáticos), a articulação entre escola-comunidade e a emergência de situações de aprendizagem concretas da prática política.

Neste ponto, Maria Eleonora D. Lemos Rabêllo observa a necessidade de estabelecermos um projeto pedagógico marcado pelo diálogo com o jovem. O primeiro passo seria a descoberta de como acontece a aprendizagem do jovem. Uma das características dos grupos de jovens e adolescentes, segundo ao autora,

*é que ele gosta de ser desafiado quando está aprendendo. Aprendem quando são desafiados a participar de experiências significativas. Nos adultos acontece um processo diferente: a partir de experiências anteriores. Os jovens, ao contrário, sentem necessidade de vivenciar as experiências para depois buscar-lhes a solução. De forma que, a melhor maneira de tornar a aprendizagem interessante para o jovem é propondo que identifique e depois tentem resolver os problemas. O primeiro passo é identificar por quais temas os jovens têm mais interesses, quer de natureza informativa e ou reflexiva.*

<sup>9</sup> RABÊLLO, Maria Eleonora. *O que é protagonismo juvenil? , disponível em* [http://www.violenciassexual.org.br/textos/PDF/protagonismo\\_juvenil\\_eleonora\\_rabello.pdf](http://www.violenciassexual.org.br/textos/PDF/protagonismo_juvenil_eleonora_rabello.pdf) (em 28/11/02).



Num esforço de síntese, o desenvolvimento de projetos voltados para a promoção do protagonismo juvenil exigem a construção de uma nova institucionalidade pública (que o acolha e que promova seu desenvolvimento social), a elaboração de um projeto pedagógico que parta da peculiaridade do processo de desenvolvimento do adolescente e que amplie a noção de tempos e espaços de aprendizagem, além da necessária identificação dos temas de interesse pessoal e social dos jovens.

#### **d) Temas e dilemas do jovem brasileiro**

Em virtude do estado de “moratória” em que se encontra o jovem, este é o segmento social mais vulnerável à crise de instituições modernas analisadas no início deste texto.

Assim, é necessário destacar as questões que atingem mais duramente os jovens brasileiros, na busca da montagem de uma pauta que oriente a construção de projetos de promoção do protagonismo juvenil. Não há como ser protagonista numa sociedade que nega seus direitos e onde as condições de sobrevivência e autonomia são extremamente limitadas.

A definição de temas e dilemas que constituem esta “pauta de referência” cumpre, ainda, uma outra função. Através dela é possível perceber que os projetos que envolvam os jovens são, necessariamente, interdisciplinares. Sua elaboração e gestão implicam, ainda, na superação dos “gestores de programas ou projetos setoriais” na direção de “gestores públicos”, cujo foco é a comunidade e o cidadão e não as metas setoriais ou dinâmicas administrativas da estrutura burocrática. Com efeito, quando a comunidade ou o cidadão é o foco da ação pública – e não a sua demanda específica – não há como atendê-los de maneira segmentada, justamente porque as condições concretas de vida de uma comunidade são determinadas por sua ação política, pelo acesso aos bens culturais e de promoção social, pela estrutura do mercado de trabalho, e assim por diante.

Novamente, o novo equipamento público que promoverá o protagonismo juvenil necessita integrar programas, secretarias, numa estrutura interdisciplinar<sup>10</sup>.

Vejamos, portanto, ainda que sinteticamente uma possível pauta que subsidiaria projetos de

---

<sup>10</sup> A equipe técnica da CPP elaborou, com esta intenção, uma tecnologia de gestão pública integrada denominada Gestão Territorial Participativa (GTP), apoiada em Unidades Multifuncionais Territoriais (UMT) que integrariam equipes multidisciplinares ou interdisciplinares, antes localizadas em organismos especializados da administração pública. Uma síntese dessa metodologia pode ser acessada em [www.portalcpp.com.br](http://www.portalcpp.com.br).



promoção do protagonismo juvenil<sup>11</sup>:

a) Violência

Segundo a pesquisa "A Voz das Crianças", 43% das crianças e dos adolescentes da América Latina se sentem inseguros no lugar onde vivem.

Estudo realizado pelo IBGE, a partir de dados coletados entre 1980 e 2001, as mortes causadas por violência diminuem consideravelmente a expectativa de vida dos brasileiros. No caso dos homens, tal fenômeno reduz em 2,4 anos a expectativa de vida.

Os óbitos causados por violência atingem sobremaneira os jovens do sexo masculino entre 15 e 24 anos de idade, no Estado de São Paulo. Segundo a pesquisa do IBGE, São Paulo apresenta o maior índice de mortes violentas de jovens de todo o país. Em 2000, as mortes violentas de jovens atingiu 85,6% do total de óbitos registrados para jovens entre 15 e 24 anos.

A tabela abaixo revela o total de homicídios ocorridos em São Paulo e sua evolução, por faixa etária, entre 1980 e 1995.

**Mudança de Taxas de homicídio e idade (São Paulo, 1980-95)**

Fonte: Ministério da Saúde/ DataSus

| Idade | Hom/100 mil hab. (1980-4) | Hom/100 mil hab. (1985-89) | Hom/100 mil hab. (1990-95) | Mudança (%) (1985-89/1980-84) | Mudança (%) (1990-95/1985-89) | Mudança (%) (1990-95/1980-84) |
|-------|---------------------------|----------------------------|----------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Total | 18,8                      | 26,6                       | 30,4                       | 41,4                          | 14,2                          | 61,7                          |
| 0-9   | 1,0                       | 1,0                        | 1,0                        | 0                             | 0                             | 0                             |
| 10-14 | 2,2                       | 3,8                        | 3,5                        | 72,7                          | -7,8                          | 59,0                          |
| 15-17 | 18,3                      | 33,6                       | 38,3                       | 83,61                         | 13,99                         | 109,29                        |
| 18-21 | 38,3                      | 62,4                       | 73,3                       | 62,92                         | 17,47                         | 91,38                         |
| 22-24 | 39,6                      | 55,3                       | 69,8                       | 39,65                         | 26,22                         | 76,26                         |
| 25-29 | 36,3                      | 50,6                       | 61,7                       | 39,39                         | 21,94                         | 69,97                         |
| 30-34 | 33,33                     | 45,4                       | 48,7                       | 36,34                         | 7,27                          | 46,25                         |
| 35-39 | 27,9                      | 38,0                       | 40,8                       | 36,20                         | 7,37                          | 46,24                         |
| 40-44 | 23,3                      | 29,1                       | 31,3                       | 24,89                         | 7,56                          | 34,33                         |
| 45-49 | 19,4                      | 21,3                       | 24,4                       | 9,79                          | 14,55                         | 25,77                         |
| 50-59 | 14,6                      | 16,2                       | 16,0                       | 10,96                         | - 1,23                        | 9,59                          |
| + 60  | 9,0                       | 9,9                        | 8,4                        | 10,0                          | - 15,15                       | - 6,67                        |

Vários estudos sugerem que a violência é um fenômeno urbano e que não possui correspondência

<sup>11</sup>



com renda ou taxa de desemprego<sup>12</sup>.

O fenômeno da violência contra jovens é internacional. Nos EUA, apenas 27% das mortes de jovens entre 10 e 19 anos possuem causa naturais. Entre 1985 e 1991, 90% dos assassinatos de jovens nesta faixa etária envolveram arma de fogo (aumento de 154% no período).

No caso das ações violentas cujos autores são adolescentes, o principal fator desencadeador é o uso de drogas, como revelam pesquisas recentes sobre o sistema de atendimento ao adolescente autor de ato infracional<sup>13</sup>. Por sua vez, a motivação ao uso de drogas é o sentimento de abandono familiar. Lembremos que a porta de entrada para uso de drogas pesadas entre jovens é a cerveja, muitas vezes incentivada pelos pais dos usuários.

b) Ausência de Perspectiva (desemprego juvenil e dificuldade de acesso à educação)

Apenas 33% dos adolescentes de 15 a 19 anos freqüentam o ensino secundário, o acaba por impelir os jovens ao mercado informal e à condições precárias de trabalho.

Os jovens, nesta faixa etária, são os mais atingidos pelo desemprego dos últimos cinco anos. Em virtude da pouca experiência profissional e redução dos postos de trabalho, 50% dos jovens entre 15 e 24 anos de idade que procuram emprego atualmente não conseguem lograr qualquer intento, revelando-se o segmento social mais vulnerável ao fenômeno.

c) Sexualidade, saúde e gravidez precoce

Segundo dados do Ministério da Saúde, a idade de iniciação sexual vem diminuindo nos últimos dez anos. Uma das conseqüências perversas desta realidade é o aumento de disseminação do vírus HIV entre as jovens com 13 a 19 anos de idade em nosso país. Em 2000, 56% dos casos envolviam este segmento social.

Outra conseqüência que atinge brutalmente os jovens é a gravidez precoce. Jovens entre 14 e 19 anos apresentam o maior crescimento do índice de gravidez nos grandes centros urbanos do país. Todas outras faixas etárias apresentam declínio do índice, desde 1980.

<sup>12</sup> Ver, a respeito, SAPORI, Luís Flávio & WANDERLEY, Cláudio Burian, "A relação entre desemprego e violência na sociedade brasileira: o mito e a realidade", In *Cadernos Adenauer II: A violência do cotidiano*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

<sup>13</sup> Este é o caso de pesquisa realizada pelo Instituto Lumen (PUC-Minas) e a ong AMENCAR, sobre o sistema mineiro de atendimento ao adolescente autor de ato infracional, no final dos anos 90 e início deste século.



A ausência de diálogo sobre o assunto é apontado nos estudos especializados como principal causa da gravidez precoce. Em outras palavras, a causa é a desinformação. Nos EUA 64% das jovens grávidas precocemente informaram que nunca haviam discutido sobre métodos anticoncepcionais na família. Naquele país, 10% das meninas entre 15 e 19 anos engravidam todos os anos<sup>14</sup>.

A coordenação do programa DST-AIDS, do Ministério da Saúde de nosso país avalia que o ingresso precoce na vida sexual das jovens deve ser associado ao abandono de preservativos após a estabilização do relacionamento amoroso como perfil de comportamento.

Há, contudo, inúmeras experiências recentes em nosso país que procuram responder e enfrentar os diversos problemas destacados acima.

Este é o caso do trabalho desenvolvido pelo grupo instrumental Uakti, que envolve jovens do Triângulo Mineiro e nordeste do país. O grupo recupera instrumentos regionais, orienta sua fabricação e desenvolve projetos musicais com jovens. Ao redor de 60 jovens da Favela da Maré, e com o apoio do coreógrafo Ivaldo Bertazzo, se apresentam nos espetáculos do grupo Uakti no Rio de Janeiro e São Paulo cujo título é **Dança das Marés**.

Na favela da Rocinha, um coral de cantores mirins lançou recentemente um CD, apoiado pelo compositor João Bosco.

Na mesma linha de atuação, professores da Baixada Fluminense criaram uma escola de arte envolvendo jovens.

A arte, como afirma a artista plástica Maria Helena Andrés, atua sobre as emoções e a sensibilidade humana, tornando o crescimento dos jovens um processo universal. Estudos recentes revelam, inclusive, que projetos de arte e lazer são os mais eficazes na ressocialização de jovens autores de atos violentos.

No campo educacional, vale destacar as experiências de São Bernardo do Campo. Um conjunto de ações integradas compõem um dos projetos públicos mais férteis e inovadoras na promoção do protagonismo juvenil. Cito alguns: **Tira Dúvidas**, onde um médico-visitante de uma escola pública discute temas relacionados com sexualidade (os temas são retirados de uma caixa fechada onde os alunos colocam papéis dobrados onde inscrevem o tema que desejam debater); **Mix Esportes**

---

<sup>14</sup> Ver PAPALIA, Diane & OLDS, Sally. *Desenvolvimento Humano*, op. Cit., p. 350 e 351.





**Radicais**, onde, ao longo de um dia, jovens do município apresentam grupos de música (rock ou hip hop) e desenvolvem esportes radicais (alpinismo, bike, skate); **Sons da Juventude**, quando as escolas municipais, uma vez por mês, se abrem para realização de apresentações musicais de jovens, das 18 às 22 horas.

Em Belo Horizonte, a ong Oficina de Imagens<sup>15</sup> desenvolve vários projetos voltados para o protagonismo juvenil: **Latanet**, um projeto onde jovens desenvolvem equipamentos óticos para registrar e discutir sua realidade social: da câmera escura até a utilização da internet; **Programa Prevenção à Violência Sexual Infanto-juvenil**, onde monitores promovem discussões sobre o ECA com vários adolescentes de escolas públicas e privadas. Este projeto possui três fases: a) reflexão e discussão sobre o ECA e sexualidade (oficinas de vídeo, site e jornal), b) montagem de ações comunitárias; c) execução de projetos de intervenção a partir dos produtos que os próprios jovens produziram.

São Paulo poderá dar nova dimensão a todas essas experiências recentes que o país desenvolve a partir da construção do Orçamento Participativo, envolvendo diretamente os jovens a partir de suas escolas. Seria uma dimensão nova na medida em que articula uma nova concepção de educação e aparelho escolar, amplia a noção de currículo, cria espaços participativos a partir da cultura e desejos dos jovens, repensa a prática política a partir da particularidade da identidade juvenil.

Pelo OP, poderemos recriar a noção de espaço e prática política.

---

<sup>15</sup> Ver site [www.oficinadeimagens.org.br/projetos/largada](http://www.oficinadeimagens.org.br/projetos/largada).

